

PSICOLOGIA E ATIVISMO: ANÁLISE PSICOSSOCIAL DO PAPEL DO PSICÓLOGO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTTT

Priscilla da Silva Faria (UEL- Universidade Estadual de Londrina);

Flávia Fernandes de Carvalhaes (Faculdade Pitágoras de Londrina)

Resumo: Ao longo da história, os relacionamentos homossexuais são alvo de forte preconceito por parte da sociedade, que com intensa influência de dogmas religiosos e debates políticos e científicos, estabeleceu padrões de anormalidade, patologia e aberração para as relações homoafetivas. Nesse sentido, a presente pesquisa qualitativa buscou subsídios para uma análise psicossocial sobre o papel do psicólogo dentro das políticas públicas destinadas a população LGBTTT, com o objetivo de contribuir para a formação e atuação dos psicólogos sobre questões relacionadas à diversidade sexual. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados, entrevista semi-estruturada, realizada com um psicólogo militante do movimento LGBTTT. A análise do material coletado está articulada a perspectiva teórica de autores que problematizam as construções sócio-históricas relacionadas à sexualidade e às questões de gênero, e prioriza um breve debate sobre a história da psicologia, sobre a formação e atuação do psicólogo nas políticas e movimento LGBTTT, bem como propõe uma reflexão sobre o compromisso desta ciência no combate a discursos e práticas homofóbicas. Conclui-se que, embora esteja havendo mudanças paradigmáticas que reflete novos discursos e práticas dos psicólogos, algumas ações ainda se pautam em modelos hegemônicos, não levando em conta as salutares transformações políticas e culturais contemporâneas. Empreender reflexões e debates sobre questões relacionadas à diversidade sexual, produz novos saberes que configuram práticas e discursos potentes, que ampliam as possibilidades dos psicólogos em sua formação e atuação profissional e enfraquecem enunciados homofóbicos.

Palavras chaves: Psicologia, Ativismo e Diversidade Sexual.

As práticas homossexuais têm registros desde as civilizações mais antigas, como a romana, a egípcia e a grega, onde as relações homossexuais eram aceitas e, em determinados locais, tinham importância civil, como é o caso da civilização grega com a pederastia. Os homens gregos escolhiam as relações livremente, entre ambos os sexos, “os gregos não opunham, como duas escolhas excludentes, como dois tipos de comportamento radicalmente diferentes, o amor ao seu próprio sexo ao amor pelo sexo aposto” (FOUCAULT, 1984, p.167). De tal modo que “amar os rapazes era uma prática “livre”, no sentido de que era não somente permitida pelas leis, como também admitida pela opinião. Ou melhor, ela encontrava sólidos suportes em diferentes instituições (militares ou pedagógicas)” (FOUCAULT, 1984, p.170).

Na Idade Média, com a soberania da igreja e da fé cristã, a prática homossexual foi condenada, tida como imoral e antinatural, se instalando então uma cultura heterossexista, em que somente são legitimadas as relações heterossexuais monogâmicas com fins reprodutivos (SILVA, 2009). Mais tarde, respaldados pelas produções e discursos da modernidade, cientistas e moralistas classificaram a homossexualidade, enquadrando-a no rol de doenças, em contraposição a um estado “normal saudável”, a heterossexualidade. Em meio a este contexto, o prazer e o dizer sobre o sexo se restringiram a interdições ou permissões, a cultura foi moldando os comportamentos sexuais, criando e naturalizando “verdades” e subvertendo assim as diversas dimensões do prazer à moral (PRÓCHNO; NASCIMENTO; ROMERA, 2009).

Contudo, nas últimas décadas é possível constatar a mobilização de ativistas na reivindicação dos direitos dos homossexuais, que contribuíram significativamente para subverter discursos e práticas homofóbicas. A militância homossexual teve início em 1948, na Holanda, e ficou marcado por uma série de mobilizações de grupos de homossexuais em prol da proibição de discriminação devido à orientação sexual e da exigência de igualdade de direitos em relação aos heterossexuais no caso da união civil. Em 1969, surgiu na Argentina o grupo "Nuestro Mundo", composto por 14 pessoas e que tinham como líder um ex-militante do Partido Comunista, que havia sido expulso exatamente por ser gay. Porém, o marco do início do movimento LGBTTT no mundo, se deu a partir da Rebelião de Stonewall.

Stonewall era um bar na cidade de Nova York freqüentado por gays, lésbicas, bissexuais e travestis, e que sofria freqüentes e repressivas investidas policiais. Foi neste local que, no dia 28 de junho de 1969 (transformado, desde então, em Dia do Orgulho LGBTTT), ocorreu a Rebelião de Stonewall, marcada por uma série de episódios de conflitos violentos entre a população homossexual e a polícia, fato este que marcou a virada do movimento para a resistência aberta à opressão.

No Brasil, o panorama não foi diferente e temos um triste destaque no cenário mundial, pois somos o campeão em assassinatos de homossexuais. Segundo dados, a cada dois dias, um gay, lésbica ou travesti é barbaramente assassinada, vítima da homofobia. Um estudo realizado pelo Grupo Gay da Bahia – GGB constatou o aumento do número de assassinatos contra LGBT em 2008. Foram 190 casos registrados, o que representa um aumento de 55% se comparado com os números de 2007. (FALCÃO, 2009; RIBEIRO, 2009).

Desde a revisão e publicação do Código Internacional de Doenças, em 1985, a homossexualidade deixou de ser considerada uma patologia, saindo da área dos distúrbios mentais para um fenômeno decorrente de circunstâncias psicossociais. E a partir de 1991, a Anistia Internacional prevê a proibição da homossexualidade como violação dos direitos humanos (MOREIRA, 2008).

O Programa “Brasil Sem Homofobia” representa um marco histórico no avanço dos direitos humanos dos homossexuais no país, e dispõe de ações concretas voltadas para a cidadania LGBTTTT. O plano de implementação do Programa possui 53 ações, que envolvem a articulação e fomento da Política de Promoção dos Direitos de Homossexuais; Legislação e Justiça; Cooperação Internacional; o Direito à Segurança: combate à violência e a impunidade; o Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e a não discriminação por orientação sexual; o Direito à Saúde: consolidando um atendimento e tratamentos igualitários; o Direito ao Trabalho: garantindo uma política de acesso e de promoção da não discriminação por orientação sexual; o Direito à Cultura: construindo uma política de cultura de paz e valores de promoção da diversidade humana; além de prever Políticas para a juventude, para as mulheres e contra o racismo (CONSELHO, 2004).

Nesse sentido, a presente pesquisa qualitativa buscou subsídios para uma análise psicossocial sobre o papel do psicólogo dentro das políticas públicas destinadas a população LGBTTTT, com o objetivo de contribuir para a formação e atuação dos psicólogos sobre questões relacionadas à diversidade sexual. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados, entrevista semi-estruturada, realizada com um psicólogo militante do movimento LGBTTTT (M. N.). A análise do material coletado está articulada a perspectiva teórica de autores que problematizam as construções sócio-históricas relacionadas à sexualidade e às questões de gênero, e prioriza um breve debate sobre a história da psicologia, sobre a formação e atuação do psicólogo nas políticas e movimento LGBTTTT, bem como propõe uma reflexão sobre o compromisso desta ciência no combate a discursos e práticas homofóbicas.

Análise dos dados coletados:

A modernidade foi palco de importantes mudanças epistemológicas e políticas, sendo os indivíduos o foco das estratégias de controle e disciplinamento da população. E,

através da inscrição no corpo dos indivíduos da diferença anatômica entre os sexos, foram produzidos uma série de discursos que delimitavam possibilidades e limites (papéis sociais) entre homens e mulheres, e legitimavam a ordem social vigente. Nesta conjuntura, o sexo ganhou especial atenção e cuidado, sendo que a nascente sexologia, entre outros discursos, tratou de classificar e disciplinar a sexualidade, assim como analisa Louro (2008, p.77): “Tais mudanças não são banais; elas denotam profundas e relevantes transformações nas formas de dar significado ao que representa ser homem ou mulher em determinada sociedade, elas sugerem mudanças nas suas relações e, portanto, nas formas como o poder se exercita”.

Como herdeiros da modernidade, reproduzimos em nossas relações sociais a normativa de que há “uma coerência e uma continuidade entre sexo-gênero-sexualidade” (LOURO, 2008, p.80), como uma espécie de hermenêutica do desejo, que evoca a idéia de que ser identificado como macho ou fêmea, determina seu gênero entre as esferas do masculino ou feminino e, automaticamente, sua forma de desejar. Historicamente pautados e guiados pelos discursos hegemônicos e lógica binarista, privilegiamos algumas identidades lhes atribuindo noções de naturalidade e legitimidade, ao passo que outras tantas são inscritas como desviantes. Em consequência disso, se estabelecem relações hierárquicas que delimitam e conduzem as várias instâncias sociais, com reflexos na produção do saber e no campo dos direitos (LOURO, 2000).

Atravessado por esta conjuntura, encontramos nos discursos e práticas psi, uma série de lacunas na formação dos profissionais, com relação aos debates sobre as dimensões de gênero e sexualidade, assim como critica o psicólogo M.N. : “(...) *Na graduação não ouvi falar nada, muito pouco também sobre sexualidade e identidade e gênero (...) na especialização também não ouvi fala nada (...).*”

Em contrapartida, o psicólogo crê que, recentemente, têm ocorrido avanços e quebras de paradigmas na psicologia em relação a esses assuntos, o que afirma um novo campo de ação do psicólogo e de possibilidades de intervenção: “(...) *a psicologia tem mudando (...) o trabalho de vocês virem aqui buscar e pensar nessa problemática é exemplo disso, a mudança do paradigma da psicologia de não pensar só a norma, mas pensar em todos que estão fora da norma (...)*

Na contemporaneidade, a psicologia começa a se reconfigurar diante de antigas/novas demandas, principalmente por que o campo das políticas públicas e da

militância possibilita a atuação de muitos profissionais. M. N. comenta seu primeiro contato prático com as problemáticas da população LGBTTTT e políticas públicas:

[...] conheci um professor que trabalhava na ONG, que trabalhava com travesti, e a ONG era a Ade-fidan, e quando conversei com ele, eu disse meu nome é M. e eu queria estudar um pouco mais a sexualidade, e ele falou: “olha uma forma pratica de você começar a se envolver com isso, é indo para uma ONG”, ai ele me convidou pra ir numa busca ativa, na rua, na busca ativa você pega sua mochilinha nas costas, coloca camisinha é, folhetinhos explicativos sobre prevenção e vai pra rua pra todos os pontos de batalha né, das meninas e todos os pontos, conhecer a realidade da rua, então eu fiz isso, ai eu comecei a coordenar as oficinas de cidadania e direitos humanos com as travestis aqui de Londrina.(...) depois fui trabalhar com essas travestis, um pouco da questão que é sobre família, a relação com o corpo, os estigmas e os preconceitos, a relação de empregabilidade, a emancipação política.

M. N. conta que a partir do contato com práticas ativistas, iniciou sua inserção na militância e se interessou em estudar questões relacionadas à diversidade sexual e os estudos de gênero:

[...] eu me interessei também por estudar isso no mestrado, não tinha começado o mestrado ainda, então vou estudar isso, uma forma de se pensar essa problemática nos estudos, é você ver a prática, então eu comecei ter contato com o Brasil inteiro, e eu entrei numa lista de discussão sobre políticas publicas LGBT (...) e ai começou ter outros encontros e eu fui ampliando esses contatos, logo teve um projeto aqui em londrina de um centro de direitos humanos, e com o financiamento da secretaria especial dos direitos humanos junto com o programa Brasil sem homofobia, foi na tentativa de se pensar a assistência pra população LGBT de londrina, e não deu certo, por diversos aspectos, é...problemática, entre elas as mais fortes era o desinteresse [dos outros profissionais do Centro] de estudar esses conceitos, em ler textos, porque se a gente não estuda a gente não consegue acompanhar e compreender um pouco mais outras relações de vida, de estilística de existência, uma outra forma de existir, é...mesma coisa se você quer trabalhar nas políticas da assistência social e não quer trabalhar com pobre, ou não quer andar pelos bairros, impossível, você tem que tem um componente, é... a disposição para você andar pelos bairros, entrar nas casas das pessoas, saber como vivem, né? Como pensam, o que elas esperam, quais são as expectativas, quais são as vulnerabilidades que

elas estão expostas, então assim, quando eu fui pra essa ONG, eu percebi que nesse trabalho tinha um pouco disso (...).

O psicólogo analisa que, ainda hoje, existem muitos profissionais desinteressados em problematizar questões relacionadas às diversidades sexuais, o que prejudica a construção de ações de combate as exclusões sociais, cotidianamente vivenciados pela população de homossexuais. Por outro lado, M.N. afirma que a prática e a militância amplia a visão crítica de um profissional e potencializa a construção de noções afirmativas de coletividade e cidadania:

Eu conheço pessoas de ONG do Brasil inteiro, que trabalham na rede pública LGBT né, e sabemos como desenvolvem as ações, é daí a gente montou o NEPS (...), então a gente faz ações pontuais (...) não tem um trabalho sistemático que nem, um CRAS me chamou pra trabalhar com travestis, outros chamam sobre alto índice de abuso sexual, é abuso sexual não, é abuso de álcool e outras drogas né e o CRAS que é o centro de referência de assistência social (...), não tava dando conta de trabalhar com elas e chamaram a gente né enquanto movimento social e a gente como representa em Londrina o movimento social a gente sentiu é... No dever de ajudar essas pessoas, e isso também à gente não sabia como lidar com isso então a gente montou um grupo com elas, é um pouco isso instrumentalizou as pessoas que trabalhavam com elas nesse CRAS de como elas iriam trabalhar e que deveria ser feito, o que era limite, o que tinha que ser dado, qual era a escuta possível de um discurso de uma travesti, qual era a sensação que elas tinham do estigma do preconceito e então foi pontual porque a gente faz porque a gente quis e é um dever de cidadão (...).

Historicamente, a psicologia, junto com outras disciplinas, contribuiu para empreender lógicas patologizantes e excludentes de expressões subjetivas que fugissem a norma social. Contudo, na atualidade, e principalmente em virtude da pressão dos movimentos sociais organizados, esta ciência vem sendo obrigada a reavaliar seus discursos e práticas, o que implica em um debate ético para a classe de psicólogos, assim como afirma Guatarri e Rolnik (1988, p.29):

[...] devemos interpelar todos aqueles que ocupam uma posição de ensino nas ciências sociais e psicológicas, ou no campo do trabalho social- todos aqueles, enfim, cuja profissão consiste em se interessar pelo discurso do outro. Eles se

*encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para processos de singularização, ou, ao contrário vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos **agenciamentos** que consigam pôr para funcionar. Isso quer dizer que não há objetividade científica alguma nesse campo, nem uma suposta neutralidade na relação.*

Outro ponto que o psicólogo problematizou na entrevista, foi à expressão de práticas excludentes e homofóbicas na população LGBTTT e, inclusive, no próprio movimento militante. Ele analisou brigas por status, poder e representatividade dentro do ativismo:

No movimento em que eu estudei entre os grupos de homossexuais, existe um preconceito assim: “eu sou mais homem que você porque eu sou homem ativo e você é passivo, ou eu sou mais homem porque eu sou mais forte e você é mais fraco, ou eu sou menos afeminado que você” então tem uma relação de poder.

Ao analisarmos o relato do psicólogo, nos deparamos com um contexto contraditório, onde mesmo os sujeitos que resistem à normativa em suas configurações afetivo-sexuais, reproduzem racionalidades de classificação e exclusão, quando, por exemplo, associam o feminino a inferioridade e a passividade. Nesse sentido, acreditamos que a psicologia poderia contribuir na ampliação de debates, que problematizem e critiquem expressões preconceituosas no movimento LGBTTT e sociedade.

O foco da psicologia deve possibilitar uma reflexão crítica sobre os mecanismos de controle e aniquilamento subjetivo na contemporaneidade. De acordo com as diretrizes do Conselho Federal de Psicologia e Constituição Federal do Brasil, os psicólogos devem atuar no sentido de afirmar as diversidades raciais, étnicas, sexuais, e, principalmente, combater ações preconceituosas e de violência a grupos vulneráveis, como práticas homofóbicas, assim como demonstra M. N.:

[...] O adversário comum do movimento é a homofobia, a gente tem como adversário, quer dizer, são pessoas que põem uma ordem subjetiva ali muito forte, normativa, elas matam, tem nojo, interditam, impedem as pessoas de trabalharem, as pessoas de amarem, elas querem interferir até no processo de

vida de escolha das pessoas tipo, eles que não querem deixar as pessoas se conjugalizarem, você não pode adotar criança (...).

Os avanços no campo do direito se materializam, e o programa “Brasil Sem Homofobia” é o mais significativo deles, além disso, tramita hoje no senado o projeto de Lei PLC 122, que criminaliza a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. O psicólogo militante pontua alguns avanços e investimentos voltados para a população LGBTTT:

[...] O Ministério da Cultura tem dinheiro específico pra trabalhar com isso, para os encontros culturais da área LGBTTT. As paradas estão sendo financiadas também pelo Ministério da Cultura. Turismo também está com dinheiro reservado pra essa população (...) o projeto de homofobia que ta ai e um programa que ta ai a um bom tempo, desde 2004 (...) No ministério da educação, do MEC, é... Tem feito muito trabalho em escola com diversidade é... Sexual e cultural e não é só questões homofóbicas, mais é também da racial, étnica, que a escola é um espaço bastante excludente (...) olha vai ser destinado por ano 5% de campanha pra prevenção pra combate a homofobia, e assim, por exemplo, o programa da homofobia, tipo assim até então não existia isso, foi à primeira vez em 2004, que se falou nisso.

Nessa mesma perspectiva M.N. se mostra otimista em relação às aberturas e investimentos para centros de apoio e ONGS voltadas para esta população na cidade de Londrina:

[...] esta tendo algumas aberturas pra se fundar a nossa ONG, inicialmente com o governo agora, com o prefeito Barbosa até onde nossos discursos, nossas discussões tem sido produzidas né, e ele nos parece bastante aberto a nos auxiliar, pensando nessas praticas como importantes.

Em relação às expectativas para o futuro, o psicólogo tem o projeto de criação de uma ONG, que seria uma extensão do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Sexualidade-NEPS do estado de São Paulo, que prevê um espaço composto por profissionais de diversas áreas para atender as necessidades da população LGBTTT, assim como demonstra a narrativa a seguir:



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES

Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares

28, 29 e 30 de abril de 2011

MARINGÁ - PR



ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br

[...] O NEPS vai ter dois momentos. O primeiro momento é um trabalho voluntário e não tem verba, não tem projeto aprovado e eu vou continuar trabalhando voluntariamente por acreditar nisso como uma ideologia, uma disponibilidade e uma disposição sobre essas questões. No segundo momento, a gente pensa em criar centro de referências de direitos humanos com injeção do Governo Público, de que ele possa contratar psicólogos, assistente social, um médico é um advogado e que essas pessoas possam ter uma formação para trabalhar com a especificidade de cada segmento da diversidade homossexual.

Identificar-se como homossexual na cultura ocidental, ainda implica em uma série de custos de ordem moral, material, político, social e econômico. A estes sujeitos são impostos uma gama de privações civis pautadas na suposta (e histórica) não-legitimidade de suas estéticas e configurações de vida. Embora esteja havendo uma mudança paradigmática que reflete novos discursos e práticas dos psicólogos, algumas ações ainda se pautam em modelos hegemônicos, não levando em conta as salutares transformações políticas e culturais contemporâneas. Empreender reflexões e debates sobre questões relacionadas à diversidade sexual produz novos saberes, que configuram práticas e discursos potentes, ampliam as possibilidades dos psicólogos em sua formação e atuação profissional e enfraquecem enunciados homofóbicos.

Referências bibliográficas

CONSELHO, Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

FALCÃO, K. J. *Formação histórica da homossexualidade: um percurso marcado pela discriminação e pelo preconceito*. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/13193/1/formacao-historica-da-homossexualidade-um-percurso-marcado-pela-discriminacao-e-pelo-preconceito/pagina1.html>> Acesso em: 28, set. 2009.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade – Vol. 2: O Uso Dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

LOURO, G. L. Corpo, Escola e Identidade. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol.25, n.2, jul./dez. 2000:59-76.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MOREIRA, C. E. Os relacionamentos homoafetivos e a cidadania. *Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva*. 2 ed. nov. 2008. Disponível em: <http://direito.newtonpaiva.br/revistadireito/.../Os_relacionamentos.doc> Acesso em: 21, ago. 2009.

PRÓCHNO, C. C. S. C.; NASCIMENTO, M. J. C. ; ROMERA, M. L. C. Body building, travestismo e feminilidade. *Estudos de psicologia*, Campinas, vol.26, no.2, Abril/Junho 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103166X2009000200011&script=sci_arttext&tln_g=pt> Acesso em: 29, set. 2009.

RIBEIRO, A. *PI tem menores índices de homofobia*. Disponível em: <<http://www.meionorte.com/cinthialages,pi-tem-menores-indices-de-homofobia,82418.html>> Acesso em: 30, set. 2009.

SILVA, R. Homofobia: A discriminação por orientação sexual e a legislação penal brasileira. *Revista Cesumar Online - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, v. 14, n. 1, jan./jun. 2009, p. 35-53 Disponível em: <<http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php>> Acesso em: 23, ago. 2009.